

NÃO VOS CONFORMEIS COM ESTE MUNDO

O cristianismo, por definição, não pode ser completamente domesticado pela cultura, pois assim periga não ser leal a si mesmo e ao seu Senhor.

A cultura atual, que está amparada na utopia liberal do fim da história e do último homem — ideia levada a sério por parte da elite acadêmica brasileira após a queda do Muro de Berlim —, força a sociedade a um esforço permanente de despolitizar a vida coletiva, substituindo a decisão soberana e o confronto existencial pela mediação pretensamente neutra da lei, do mercado e da gestão tecnocrática.

Sob a ilusão de que todo desacordo pode ser reduzido a um problema técnico ou a um consenso procedimental, essa visão tenta apagar a essência originária do político: a divisão incontornável entre aliados e adversários, entre o “nós” e o “eles”, o conflito natural e comum entre cosmovisões cuja coexistência carrega sempre o horizonte limite do conflito real.

Longe de extinguir a tensão, contudo, a busca por neutralidade apenas a disfarça sob uma linguagem moralizante. Ao apresentar suas premissas como universais e evidentes, o sistema deixa de encarar a oposição como um adversário legítimo e passa a tratá-la como uma anomalia irracional ou um desvio ético a ser combatido em nome da própria ordem civilizada.

Um cristão que se abstém total e completamente da vida política de sua nação, sob o pretexto de que a política é suja e demasiadamente mundana, pode estar iludido com a possibilidade de uma neutralidade total da vida coletiva, que já se mostrou fracassada e inviável.

A Escritura ou a tradição cristã jamais aconselharam o crente a buscar a neutralidade absoluta e a se abster da política, nem afirmaram que a sua natureza é intrinsecamente má e incorrigível.

A tradição teológico-política cristã destitui o Estado de qualquer pretensão salvífica. Não é motor de redenção espiritual ou moral — é aparato coercitivo forjado para conter a barbárie da queda no Éden e garantir a manutenção da ordem social. Longe de instaurar a justiça plena, a engrenagem estatal visa à paz terrena: ordem material, punição para a injustiça e provisão dos meios para a vida e o bem comum. Por isso, é aceitável um dever cívico pragmático e desiludido, distante do messianismo, mas que dá a César o que é de César.

O engajamento institucional de um cristão deveria recusar dois extremos. De um lado, a idolatria que diviniza líderes e regimes. De outro, a omissão em nome da assepsia moral: quem se abstém do poder e, ainda assim, usufrui da segurança garantida pela força. A pureza inoperante parasita a ordem que finge desprezar.

É muito claro que o espírito do tempo pende para essa neutralidade — que privilegia o monopólio do poder nas mãos de uma pequena oligarquia sedenta de dominação —, e os cristãos não deveriam estar rendidos a essa armadilha ideológica, e muito menos tentar justificar sua posição afirmando o que a tradição e a Escritura jamais afirmaram.

Portanto, seria prudente que os cristãos do Brasil não se conformassem com as doutrinas utopistas dos tempos atuais — sejam as utopias de neutralidade técnica, sejam as de justiça social e do paraíso terreno —, mas, sem se conformar com este mundo, buscassem um equilíbrio entre o engajamento cívico e a idolatria do Estado e do poder: um equilíbrio de peregrino na terra, que compreende que é preciso viver neste mundo criado por Deus, mas que não poderá transformá-lo em paraíso por meio do Estado.

Um peregrino que cuida bem da terra onde faz morada, como alguém que cultiva um jardim pensando na próxima geração que poderá colher seus frutos.

- **A ideia de que procedimentos tecnocráticos são totalmente neutros é uma ilusão.** Na prática, sempre existem conflitos políticos. Quando se finge que não há divergência, qualquer opinião diferente acaba sendo tratada como um erro moral e sufocada pelo grupo que está no poder.
- **A autêntica tradição teológico-política desmistifica qualquer pretensão redentora do Estado,** circunscrevendo o poder civil à tarefa prudencial de reprimir a barbárie e assegurar a ordem terrena.
- **O engajamento cívico maduro repudia tanto a idolatria do poder quanto a omissão da assepsia moral,** orientando a vocação do crente na edificação do bem comum e no cultivo intergeracional da sociedade.

